



ASSISTÊNCIA MÉDICO-FARMACÊUTICA E CULTURA FAMILIAR ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Verônica Pimenta Velloso

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

veronica.velloso@ifrj.edu.br; vervelloso@gmail.com

O objetivo dessa apresentação é dar continuidade à discussão anterior sobre a assistência à saúde prestada por uma elite de farmacêuticos e médicos durante o oitocentos na cidade-capital do Império brasileiro. A população assistida foi vista então, como outros atores envolvidos nas práticas terapêuticas medicamentosas e no comércio de medicamentos além dos farmacêuticos, doutores em medicina e droguistas. Ficou sugerida, assim, a participação indireta dessa população nas decisões governamentais a respeito da definição da tabela de medicamentos que deveriam conter numa botica, como exigência para o seu funcionamento (VELLOSO, 2010).

Cabe aqui aprofundar a compreensão da assistência farmacêutica e médica a partir do ambiente familiar entre os séculos XIX e XX, o que nos permite repensar a temática sob a perspectiva da interação do discurso científico com a sociedade, trabalhada pelo antropólogo e filósofo da ciência Bruno Latour (1990) a partir do princípio das simetrias, que superam as oposições. Durante a transição do império para a república, a instituição familiar advinda dos setores médios urbanos, por reunir um grupo por laços sanguíneos que tenciona manter-se coeso, formando núcleos que se relacionam entre si e ao constituírem através de seus hábitos e comportamentos uma cultura própria que dialoga ou interage com a cultura farmacêutica e médica, apresenta-se como uma população interessante de ser analisada. O foco da reflexão dirige-se então para um segmento da população assistida por aqueles profissionais de saúde da época, explorando a forma de uso da terapêutica medicamentosa por famílias formalmente constituídas da cidade-capital do Rio de Janeiro, que transitam por outras cidades brasileiras e de outros países.



A oportunidade que tive de entrar em contato com parte do acervo do arquivo do Museu Casa de Benjamin Constant (Fundo Benjamin Constant e Fundo Família Benjamin Constant) ao prestar assessoria à instituição, me sugeriu tal articulação. Levando-se em consideração que um dos assuntos mais tratados na escrita epistolar da época eram os referentes à saúde, as correspondências podem ser vistas como fragmentos ricos do cotidiano familiar nesse sentido. Além delas, o Diário da Bernardina, a quinta filha do casal Benjamin Constant Botelho Magalhães (1837-1891) e Maria Joaquina Costa (1848-1921), escrito entre setembro e novembro de 1889 e publicado recentemente (2008) enriquece esse conjunto de documentos. Outro aspecto interessante a ser destacado é a biografia de seu titular Benjamin Constant: filho de militar português que serviu na guerra da independência do Brasil estabelecendo-se depois como professor, Benjamin também foi militar e dedicou-se durante maior parte de sua vida ao magistério, lecionando matemáticas e simpatizando-se com o positivismo do francês Auguste Comte. Após a sua morte, considerado um dos protagonistas no processo de mudança do regime, recebeu o título de “Fundador da República” pela Assembleia Nacional Constituinte de 1891. A sua vida parece não ter sido nada fácil, como observa o seu biógrafo mais atual (LEMOS, 1999). Com apenas 13 anos de idade aproximadamente, tornou-se arrimo de família constituída pela mãe com problemas mentais, tia e irmãos mais novos. Em 1863, casou-se com Maria Joaquina (filha do diretor do Imperial Instituto de Meninos Cegos, doutor em medicina Cláudio Luís da Costa) com quem teve cinco filhas e três filhos, sendo que dois deles, do gênero masculino, morreriam ainda na infância.

Por outro lado, a sua mulher Maria Joaquina que teve vida mais longa, representa um perfil típico das mulheres dos setores médios urbanos como personagem chave na família do Brasil republicano (ARAÚJO, 1993), destacando-se como a viúva matriarca da família e protagonista da interação entre a cultura familiar e a cultura científica (farmacêutica e médica).

A particularidade dessa família e de outras dos setores médios urbanos, como simpatizantes do positivismo de Auguste Comte, leva-nos a pensar na relação entre a doutrina positivista, família e saúde, destacando o gênero feminino na assistência à



saúde familiar. A família nuclear de Benjamin Constant, cuja maioria pertence ao gênero feminino vem dar visibilidade ampliada à atuação das mulheres na terapêutica, através da “escrita de si” (correspondências e diário).

É interessante observar o destaque dado à figura feminina e à família por Auguste Comte a partir de seu relacionamento com Clotilde de Vaux, quando publica o estudo “Sistema de Política Positiva”, em 1854 e concebe as instituições obedecendo a seguinte hierarquia: na base a família, seguida da pátria e, como culminação do processo, a humanidade. A sua visão da mulher como superior social e moralmente ao homem, era explicada por ela representar o lado afetivo e altruístico da natureza humana, ao passo que o homem corresponderia ao lado ativo e egoísta. Na família, a mulher como mãe teria responsabilidade pela formação moral do futuro cidadão. Assim como essa visão comteana da mulher influenciou a alegoria feminina da república brasileira (CARVALHO, 1990), ela estaria presente também no cotidiano das famílias dos setores médios, principalmente das que tinham como chefes, militares simpatizantes e divulgadores do positivismo como Benjamin Constant.

Trata-se aqui então, de repensar sobre a assistência à saúde prestada pelos profissionais de saúde citados, a partir de sua recepção pelo cotidiano familiar entre os séculos XIX e XX. Tal recepção como veremos a seguir, não seria passiva, misturando muitas vezes terapêuticas tradicionais herdadas, formadoras de uma cultura familiar de cura, com a cultura científica, que interfeririam na atuação daqueles profissionais, expressando as simetrias entre a cultura médica e farmacêutica científicas e a cultura familiar.

Na época analisada, podemos perceber também a presença das culturas tradicionais indígenas e africanas na terapêutica medicamentosa contida nas farmacopéias aprovadas pelo governo imperial (VELLOSO, 2007), embora rejeitadas a nível discursivo ou não reconhecidas por essas culturas, a familiar e amédico-farmacêutica.

CIDADES, BOTICAS e SAÚDE



O clima é excelente, alcança-se a longevidade sem se recorrer ao limão: doutores em medicina nenhum, apenas há uma botica cujo farmacêutico exerce funções um pouco superior à sua ciência. Dizem que ele tem obtido bons resultados nas diversas curas.

(FBC, 1887)

Há todos os recursos: médicos, botica, etc, entretanto na minha opinião acho bem atrasada a capital pela falta de gás, esgoto, calçamento e água potável nas casas.(FBC, 1891)

Assim, Maria Peçanha em cartas de 30/10/1887 e de 18/03/1891, enviadas à tia, então viúva, Maria Joaquina C. Botelho de Magalhães, descrevia suas primeiras impressões das cidades de Mogi das Cruzes (SP) e de Curitiba, respectivamente. Grande parte dos homens da família optaria pela carreira militar/ou política, tornando frequente o deslocamento para outras cidades para ocupação de cargos, sendo acompanhados por suas esposas e filhos.

Muitas cartas de familiares que escreveram para Maria Joaquina, de outras cidades fora do Rio de Janeiro, chamavam a atenção para o estado de salubridade do local, observando sobre o meio ambiente, principalmente o clima, o que era bastante considerado pela cultura médica científica da época. A presença de boticas e médicos costumava também ser destacada, vistos como um dos principais serviços de saúde que deveria ter uma cidade em tempos das mais variadas epidemias (febre amarela, cólera, varíola, peste bubônica) ou mesmo da pandemia da gripe espanhola, em 1918. No entanto, no comentário a respeito de Mogi das Cruzes, só o boticário parece dar conta do recado. Já Benjamin Constant não se mostrava nem um pouco satisfeito com a atuação dos médicos por ocasião da diarreia que acometeu seu filho Leopoldo: “Nada é pior do que a necessidade de consultar muitos médicos, fica-se indeciso: tal é a divergência em que todos estão sobre sua ciência” (FBC, 1864). Comenta a opinião do médico José Pereira Rego, presidente interino da Academia Imperial de Medicina na época, que atribuiu ao leite de “vaca maltratada” a causa do mal de seu filho. Depois de



substituir o leite de vaca por duas marcas diferentes de leite condensado, por recomendações médicas, não obtendo êxito, acabou voltando a ministrar o leite de vaca.

Cabe ressaltar que na transição do império para a república, os serviços de saúde e todas as profissões relacionadas passariam por modificações, visto que houve uma tendência à descentralização político-administrativa a partir da limitação do poder público da União, formalizada pela primeira constituição republicana, em 1891, ao mesmo tempo em que se julgava necessária uma intervenção mais eficaz do Estado em assuntos de saúde. Essas mudanças foram motivadas principalmente pela insalubridade da capital federal prejudicada pelas sucessivas epidemias (febre amarela, varíola, cólera e peste bubônica), falta de saneamento e pelo um tratamento eficaz já que não se sabia ao certo a causa daquelas epidemias (BENCHIMOL, 2001). As discussões sobre a melhor terapêutica a ser utilizada transitavam entre as culturas doméstica, farmacêutica e médica, reunindo remédios e receitas caseiros, remédios homeopáticos, especialidades farmacêuticas (vendidas na farmácia sem receita médica) e fórmulas magistrais (que exigiam receita médica).

Outras cidades eram mencionadas nas cartas trocadas entre Maria Joaquina e aparentadas por sua capacidade de cura que constituíam as estações hidrominerais com a prática da hidroterapia, situadas na província de Minas Gerais tais como, Caxambu, Águas Virtuosas de Lambari, Poços de Caldas, bastante frequentadas pela família, principalmente pelo seu chefe, Benjamin Constant, sempre acometido por várias doenças, do fígado, reumatismos, nevralgias etc.. Depois de ter servido na guerra do Paraguai, entre os anos de 1866 e 1867, contraíra malária que explicava em parte o seu estado de adoentado permanente. Benjamin Constant recorria também aos seus amigos positivistas da Escola Politécnica que exerciam a homeopatia – Joaquim Murinho e Licínio Cardoso. Principalmente Joaquim Murinho, seu vizinho em Santa Teresa, que o assistiu até os últimos momentos de sua vida.

É importante ressaltar a importância dada à hidroterapia pela medicina hipocrática-higienista europeia da época, que também costumava prescrever essas estadias, embora na opinião de alguns médicos brasileiros e portugueses a hidroterapia de seus países fosse baseada apenas em conhecimentos empíricos, carentes de uma



fundamentação científica, em contraste com a francesa, onde os estudos de hidrologia médica encontravam-se mais adiantados (QUINTELA, 2004). A homeopatia também, como já foi mencionada em estudos anteriores, gerou muita polêmica no seu início (décadas de 1840-1850) entre farmacêuticos e médicos acadêmicos e os homeopatas tanto no Brasil como em Portugal. Tais polêmicas seriam geradas pelas concepções diferentes de medicamento e de formação e profissionalização do homeopata (VELLOSO, 2007).

SAÚDE, AFETO e MORADIA

A saúde e a questão do afeto eram temas frequentes nessas cartas demonstrando o desejo de cumprir o ideal positivista de família, como núcleo unido e sagrado, cujo papel da mulherera destacado como mãe cuidadora e educadora dos filhos. Tal ideal parecia ficar dificultado pela dispersão de seus integrantes devido às condições em que viviam. Benjamin Constant, como diretor do Imperial Instituto de Meninos Cegos, cargo que ocupou a partir de 1869, em substituição ao seu sogro que falecera, era obrigado pelo regulamento do instituto (decreto nº1428, de 12/09/1854) a morar no estabelecimento com esposa e filhos. Devido a sua saúde frágil e à frequência das epidemias principalmente durante o verão, costumava retirar-se da cidade carioca em busca de climas mais amenos como os encontrados em regiões serranas ou deslocando-se para o bairro de Santa Teresa, prática comum na época. Nas viagens, geralmente iam apenas os filhos mais novos e esposa.

Em 17/03/1888, Maria Joaquina escrevia de Lambari para a filha Bernardina, enviando notícias e fazendo recomendações aos filhos que se encontravam no Instituto, no Rio de Janeiro. Mostrava sua preocupação com o “foco pestífero” (peste bubônica) e com a doença epidêmica (febre amarela) que se abatia sobre a cidade, aconselhando prevenirem-se não comendo frutas, evitando ficar muito tempo com roupas suadas, mantendo o ventre livre e não apanhando sol. Recomendava ainda que os filhos fossem para a casa da irmã casada, Adozinda, que residia em Santa Teresa, considerado um bairro salubre por se situar em região montanhosa ao passo que, o local em que se situava o Instituto dos Meninos Cegos, no Campo da Aclamação, era uma região



pantanosa dada a miasmas (emanações de ares pútridos entendidos como causadores de doença pela medicina hipocrática- higienista). (FBC, 1888)

A apreensão e o medo de Maria Joaquina, relativo à epidemia de febre amarela e à peste bubônica tinha seus fundamentos visto que, havia perdido um dos seus filhos, Cláudio Henrique, acometido de febre amarela, em 1878. As recomendações feitas por Maria Joaquina não eram muito diferentes das dadas pelos órgãos sanitários desses anos, representados pela Junta Central de Higiene Pública e pela Academia Imperial de Medicina.

No ano seguinte, em 12/02/1889, novamente de Lambari, Maria Joaquina escrevia à filha Bernardina (RJ) fazendo comentários sobre as febres e coqueluche que atingiam a cidade carioca, inclusive seu neto Cláudio, que contraíra coqueluche. Em contrapartida, dava notícias das duchas de chuveiro e depois de chicote, tomadas pelas filhas Alcida e Aracy, e descrevia a programação intensa do Hotel Mello, onde estava hospedada:

Acordar 5 horas para tomar água em jejum, depois duchas, depois água, vamos ao café, depois passeio, água, às 9 horas o 1º sinal para o almoço entramos para nos arrumar para o almoço às 9 ½, leva-se depois de palestra, ao meio-dia café, à 1 água, as 2 água, às 3 ½ o 1º toque para o jantar, às 4, o 2º toque para jantar à mesa. Descansa-se um pouco, espera as malas com os jornais e cartas, vai-se passear até as 6 ½, toma-se água, recolhe-se, toma-se café, conversa-se, toca piano, cantam até as 9 hs. do chá, ainda vão para a sala conversar, tocar, cantar mas eu recolho-me para poder acordar cedo e acomodar Aracy. Há muita boa sociedade mas eu fico constrangida porque o meu gênio não dá para isso, prefiro mais sossego. Quando posso vou para o quarto depois do almoço e fico até as horas do jantar, que são as que aproveito para escrever. Trouxe livros e papéis para arranjar mas nada tenho feito. Nos hotéis há esse inconveniente (...) tem de acompanhar mais ou menos a sociedade para não passar por orgulhosa, ou por urso (FBC, 1889)

O espaço de cura aparece interligado ao espaço de sociabilidade nessa agenda em que Maria Joaquina não se identifica com a “boa sociedade”, dando preferência ao sossego de seu quarto, atitude que pode ser traduzida como vontade de estar só, na



intimidade de seu lar, onde lia e escrevia suas cartas, atributos considerados pela historiografia, como características de uma família nuclear moderna. (ARIÈS, 1981)

Apenas em 1890, ano em que ocupou a nova pasta, da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, o então General Benjamin Constant conseguiria mudar-se definitivamente com a família (esposa e filhos solteiros) para uma casa alugada¹ em Santa Teresa, bairro onde desde a década de 1870, habitara por alguns curtos períodos, com fins de proteger a sua saúde. Quando não era possível sair do Rio, subia para Santa Teresa, onde morou em hotéis e chegou alugar uma casa, na rua Aprazível.

Momentos afetuosos entre mãe e filha podem ser imaginados a partir da escrita do diário de Bernardina quando comenta sobre o cafuné que faz na mãe para melhorar sua dor de cabeça. O cafuné – palavra de origem africana e prática bastante comum exercida pelas mucamas (escravas domésticas) em suas senhoras – comentadas pelo sociólogo Gilberto Freyre na sua obra *Casa Grande e Senzala* (1936), expressaria a interação entre a cultura familiar e a cultura africana no cotidiano. No entanto, já em outro contexto, Benjamim Constant em carta endereçada a sua cunhada Olympia, ao referir-se ao curandeiro negro Juca Rosa (SAMPAIO, 2003), deixa passar todo o seu menosprezo pela cultura e religiosidade africanas: “O tal negro casava, descasava segundo o seu rito, batizava, tinha remédios para gerar o amor e também para extinguir uma paixão e muitas outras cousas”. Benjamim mandava recortes de jornais à cunhada para que ela visse “o que há de horroroso na história desse infame Juca Rosa” (BC, 1864).

É bom lembrar que a prática de aluguel de amas-de-leite, atividade desempenhada principalmente pelas mucamas passavam a ser condenados também pela medicina oitocentista (ALENCASTRO, 1997). No entanto, muitos dos pratos saboreados e ervas utilizadas na terapêutica viriam das culturas tradicionais (índigenas e africanas), que eram discriminadas.

A recorrência às boticas e médicos no Rio de Janeiro e em outras cidades conviviam com a demonstração de afeto expresso a partir da preocupação com a saúde dos entes queridos, havendo sempre comentários sobre os tratamentos seguidos, ora

¹ Casa tipo chácara, construída em meados do século XIX, onde hoje é o Museu Casa de Benjamin Constant, situada entre a ladeira do Castro e a rua Monte Alegre.



orientados pelos médicos formais, ora pelos homeopatas, ora sob indicação de receitas de remédios de circuito inter e intrafamiliares, sem passagem por médicos, fazendo-se apenas manipulá-los nas boticas. Na documentação consultada, há nota de despesas contraídas por Maria Joaquina e anotadas em papel timbrado da farmácia Ferreira Guimarães, depósito dos remédios Silva Araújo (1919) situada em Santa Teresa e receituário da farmácia Granada (1891-1892), na rua 1º de março.

A BOTICA DOMÉSTICA e a BOTICA COMERCIAL

A consulta à série Maria Joaquina Costa Botelho de Magalhães, do Fundo Família Benjamin Constant nos revela o papel da mulher, no caso da matriarca da família, como guardiã de receitas antigas, e responsável muitas vezes pela administração dos remédios. Os pedidos de receitas por cartas eram frequentes nas correspondências enviadas pelas filhas que se encontravam em outros estados distantes, acompanhando seus maridos militares. As doenças dos maridos e dos filhos recém-nascidos são sempre narradas com riqueza de detalhes, incluindo a terapêutica medicamentosa utilizada.

Da cidade de Poços de Caldas (MG), em novembro de 1896, sua filha Bernardina escrevia enviando notícias do marido Serejo, que estava com problemas no braço, contava que suspendera o remédio passado pelo médico por estar atacando o seu estômago e consultava à mãe sobre o uso de elixir de noz de kola para esse caso. Em outra ocasião, Bernardina escrevia de Manaus (jul. 1900) demonstrando a necessidade de estar perto da mãe, comentando discordar do médico a respeito da previsão da data de seu parto. Nota-se que a tradição feminina na arte de partejar desde o século XVIII vinha gradativamente sendo exercida também pelo gênero masculino (BARRETO, 2005), mas que ainda permanecia. Em carta de Benjamin Constant, transcrita por Maria Joaquina, ele comunicava à Olympia o nascimento do seu filho Cláudio Henrique a 2 de janeiro de 1875, pelas mãos da parteira francesa radicada na cidade carioca Josephine Durocher, ajudada pela amiga da família Dona Delmira. Benjamin informava ainda que este teria sido o primeiro parto feito no ano por Madame Durocher, contabilizando o nº. 4817 (BC, 1898).



Em bilhete (ago. 1915) enviado à filha mais nova, Aracy, com inflamação de garganta, Maria Joaquina aconselhava o uso de Apis-Mel, água morna com limão (gargarejo) e Belladona, recomendando: “(...) não é bom tomar banhos gerais que sempre resfriam e não apanhar vento e umidade... é bom dormir bem agasalhada”. A essa mesma filha, escreve sobre afeição, considerando tal sentimento condição de vida indispensável a todas as pessoas (BC, 1915).

Já ao neto Benjamin, Maria Joaquina recomendava que sua filha Alcida (mar.1898) utilizasse a matricária (camomila) para a irritação da gengiva, causada pelo nascimento dos dentes.

Em meio a 1ª guerra mundial e a influenza, Alcida Brandelina enviava a sua irmã Maria Joaquina, carta-bilhete, datada de 14/11/1918, pedindo notícias dos familiares; e em outra carta (s.d), solicitava-lhe que enviasse uma dose de mercúrio homeopata para ministrar conjuntamente a Belladona, para tratamento ao ataque de garganta da filha. Solicitava-lhe ainda a receita do gargarejo com folhas de mamão.

Os questionamentos à orientação médica eram bastante frequentes nessas correspondências, adotando-se muitas vezes a automedicação com base tanto na tradição oral, receitas anotadas como em formulários terapêuticos e outras publicações, as quais podem ser vistas nas prateleira da Biblioteca de Benjamin Constant: *Formulário Chernoviz*. Ed. Henrique Laemmert, 1852; *Prática Homeopathica*. RJ: J. Villeneuve, 1856; *Similia similibus curantur*, de Licínio Cardoso, editado pela Pharmacia Homeopatha Pamphiro & C., s.d; These de Joaquim Murtinho apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1874, só para citar alguns.

Entre as receitas anotadas, vale a pena transcrever algumas:

Maribondo tapa-gueia ou Indaiá. Tem-se verificado que a mordida desse maribondo é remédio eficaz para o garrotinho (gorja ou angina). O mesmo efeito produz o chá feito com esse maribondo, ou do pó depois de secos

Para as febres intermitentes rebeldes: Alcool drulificado – de 40º- 30gr.,
Sulfato de quinina de Peletier – 4 gr.

Vasculeje-se bem até incorporá-lo e faça as fricções em todos os plexos.



Banhos de eucalipto (5 a 8 folhas para cada banho geral). As fricções devem ser feitas depois dos banhos.(BC, 00/2)

Grande parte dessas correspondências, através de seus conteúdos, expressavam muitas vezes a falta de consenso nos tratamentos indicados e o próprio ceticismo com relação à medicina operante, dando-se preferência em algumas situações, aos remédios caseiros, mais tradicionais, ou mesmo aos indicados pelos manuais. A família acaba em muitas situações por se automedicar, podendo reutilizar inclusive, cópias de receitas de médicos, imprimindo o seu sentido próprio adicionado de afeto à terapêutica medicamentosa.

O médico historiador da medicina Lycurgo Castro dos Santos Filho (1956) ao analisar os aspectos da vida patriarcal no sertão baiano, observa que quando ainda não havia o Formulário Chernoviz nem o Dicionário de Medicina Popular do mesmo autor, editados a partir de meados do século XIX e tido como o “oráculo da medicina em todo o país”, era comum o hábito de administrar mesinhas e colecionar cópias de prescrições de receitas que passavam de mãos em mãos nas fazendas pelo interior do Brasil.

Na Revista da Sociedade Farmacêutica Brasileira (1853)², formada por farmacêuticos e médicos clínicos, havia a condenação desse tipo de receita que ia se transmitindo de geração para geração. O argumento era de que mesmo que essas fossem transcritas por um doutor em medicina, elas poderiam estar desatualizadas ou apenas servirem ao caso de um doente específico, não sendo indicada a generalização do seu uso. Logo, mesmo nos centros urbanos depois de meados de século XIX, tal prática permaneceria, embora sendo condenada pela cultura farmacêutica científica.

Por outro lado, ainda sob o ponto de vista da cultura farmacêutica e médica científica e seus respectivos representantes, fica clara a aceitação da prática da automedicação pela população, que a princípio é condenada por esses em desacordo com os órgãos governamentais, para numa discussão posterior acabar sendo aceita. Ao incluir vários medicamentos nas suas prateleiras que não precisavam de receita médica e

²Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira, v.3,Rio de Janeiro: Typ. Guanabarensense, 1853.



que eram procurados pela população consentiam de certa forma com a automedicação e garantiam a sobrevivência da farmácia como estabelecimento comercial. Isto fica claro através dos debates travados entre médicos, representantes dos órgãos governamentais, e farmacêuticos e médicos clínicos pertencentes à Sociedade Farmacêutica Brasileira (VELLOSO, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A ocorrência da prática de circulação de receitas foi explicada por Santos Filho pela escassez de médicos e farmacêuticos. Outro autor da geração de Santos Filho, o médico e memorialista Pedro Nava também atribuiria às práticas de curas informais, ou seja, exercidas por leigos, à falta de profissionais de saúde à época. Estudos mais recentes que se estenderam até finais do XIX apresentam outros argumentos como o custo alto da consulta médica (COELHO, 1999). Aqui nesse caso, sobressai a tradição da cultura familiar do cuidar dos entes queridos que algumas vezes interagia com a cultura médica e farmacêutica e já em outras mostrava-se mais confiante nos seus saberes e tradições terapêuticos. O acesso à literatura médica permitia essas interações ou desconfianças, tendo a mulher como principal protagonista.

Como já foi mencionado, nesse período o papel da mulher se evidencia na cultura familiar como a que zela pela saúde e pela educação da família- papel reforçado pelo ideário positivista republicano. Mas, a tradição da mulher que cura e faz remédios viria de tempos imemoriais sendo que, na idade média tal tradição seria identificada como bruxaria ou feitiçaria (CARNEIRO, 2002). Com a modernidade, a cultura científica entendida como forma de conhecimento racional superior a qualquer outro, desprezaria a nível discursivo quaisquer sentidos alquímico ou mágico-sobrenatural atribuído à farmácia e à química, sentidos muitas vezes que continuava associado ao gênero feminino.

No entanto, percebe-se no cotidiano de temporalidades diversas a relação estreita entre química, farmácia, alquimia e culinária. Algumas imagens antigas dos espaços de trabalho dos alquimistas, depois dos laboratórios químicos e farmacêuticos permitem



visualizar essa relação. Lembrando que a tarefa da administração da alimentação e, conseqüentemente da culinária e saúde familiar cabiam às mulheres, não é a toa que entre finais do século XIX e no decorrer do século XX, passamos a observar também a presença feminina cada vez maior nas escolas de farmácia.

Poderíamos dizer assim, que a cultura familiar daquela época ao destinar ao gênero feminino o ato de cuidar da saúde e da alimentação que estão estreitamente ligados entre si, favoreceu a profissionalização feminina na área principalmente da farmácia. As mulheres passam a cuidar da saúde do outro fora da esfera do privado, do familiar. Além de professora, escritora, parteira, a farmácia e a medicina surgiam como novas possibilidades de se profissionalizar a partir de finais do século XIX. Nesse mesmo século, a reforma do ensino médico aprovada pelo decreto nº 7247, 19/04/1879, permitia o ingresso de mulheres nas faculdades de medicina do Rio e da Bahia além de ter sido criada a cadeira de ginecologia e obstetrícia que vinha configurando-se como uma especialidade médica do gênero masculino. Outro fato que deve ser citado é que Benjamin Constant quando assumiu o novo Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, aprovaria nova reforma do ensino médico em 1891, que seria praticamente uma repaginação da reforma de 1879, de cunho positivista. Por essa reforma, as faculdades do Império passaram a ser denominadas de faculdades de Medicina e Farmácia do Rio e da Bahia, o que conferia um prestígio maior ao curso farmacêutico.

É como se a mulher conquistasse o seu espaço no interior da instituição da família nuclear para depois lançar-se no mundo das transformações de substâncias que curam. Mas, ao que parece o início da profissionalização feminina não foi muito fácil. Para ilustrar, temos o caso da parteira francesa, Josephine Durocher, única mulher que tornou-se membro titular da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, cuja aceitação no mundo masculino dos médicos, obrigou-a usar roupas masculinas e a fumar charutos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCASTRO, L.F. (orgs.). Império: a corte e a modernidade nacional. *Historia da Vida Privada no Brasil*, 2. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p.11-93.



ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano*. RJ: Rocco, 1993.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BARRETO, Maria Renilda Nery. *A Medicina Luso-Brasileira; instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa(1808–1851)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2005.

BENCHIMOL, Jaime. *Febre Amarela, a doença e a vacina: uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

CARNEIRO, H. *Amores e sonhos da flora: afrodisíacos na botânica e na farmácia*. São Paulo: Xamã, 2002.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Record, 1999.

COMTE (1798-1857): vida e obra. In: Auguste Comte. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. Catecismo positivista*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de J.A. Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

LATOUR, B. & CALLON, M. Introduction. In: *La science tel qu'elle se fait*. Paris, Éditions la découverte, 1990.

LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Madame Durocher, modista e parteira. Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1° semestre 1994, p. 101-116.

QUINTELA, M.M. Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de São Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz). *História, Ciências,*



Saúde – Manguinhos. v.11 (suplemento 1). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2004, pp.239-60.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos mistérios; Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial. In: CHALHOUB, Sidney *et al* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2003, p.387-428.

SANTOS FILHO, Lycurgo Castro de. Uma comunidade rural do Brasil Antigo (Aspectos da Vida Patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX), 1956.

VELLOSO, Verônica Pimenta. Assistência farmacêutica: discursos e práticas na capital do Império do Brasil (1850-1880). *Varia Historia*, Belo Horizonte: UFMG, v.26, n.44:p.373-394, jul/dez 2010.

_____. *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

Acervo Museu Casa de Benjamin Constant:

Fundo Família Benjamin Constant (FBC):

FBC. Série Maria Joaquina C. B. M. Correspondência familiar (Dossiê Alcida Brandelina Costa do Prado Seixas: 30/10/1887, 18/03/1891).

FBC. Série Maria Joaquina C.B. de M. Correspondência Familiar (Dossiê Alcida Constant Botelho de Magalhães:00/03/1898)

FBC. Série Maria Joaquina C.B.de M. Correspondência Familiar (Dossiê Aracy Constant Botelho de Magalhães: 00/08/1915)

FBC. Série Maria Joaquina C. B. de M. Correspondência Familiar (Dossiê Bernardina Constant Botelho de Magalhães: 17/03/1888, 12/02/1889, 00/07/1900)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

16

FBC. Série Maria Joaquina da Costa Botelho de Magalhães. Correspondência Familiar
(Dossiê Maria Peçanha: 30/10/1887, 18/03/1891)

Fundo Benjamin Constant (FBC):

BC. Série Correspondência. Doc.41. 29/04/1864.

BC. Série Correspondência. 05/03/1878

BC. Série Diversos. 000.00.00/2